



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.382, DE 2024

(Da Sra. Denise Pessôa)

Suspende, por até cento e oitenta dias, o cumprimento de obrigações financeiras referentes a débitos contraídos a título de empréstimo consignado junto a instituições financeiras quando decretado oficialmente estado de calamidade pública.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-514/2024.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL DENISE PESSÔA
(PT/RS)

Apresentação: 13/06/2024 14:11:58.640 - Mesa

PL n.2382/2024

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
(Da Srª DENISE PESSÔA)

Suspende, por até cento e oitenta dias, o cumprimento de obrigações financeiras referentes a débitos contraídos a título de empréstimo consignado junto a instituições financeiras quando decretado oficialmente estado de calamidade pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei suspende, por até cento e oitenta dias, o cumprimento de obrigações financeiras referentes a débitos contraídos a título de empréstimo consignado junto a instituições financeiras quando decretado oficialmente estado de calamidade pública.

Art. 2º Ficam suspensas, por até cento e oitenta dias, as operações de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil contraídas com desconto em folha de pagamento, em benefício ou pensão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e em remuneração disponível ou aposentadoria de servidor público.

Parágrafo único. A suspensão das obrigações de que trata esta Lei:

I – alcança as operações firmadas dentro do âmbito geográfico do estado de emergência oficialmente reconhecido, considerado o domicílio do tomador;



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 832, Brasília/DF 70.160-900
Fone (61) 3215.5832 – E-mail: dep.deninepessoa@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD243432414100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Denise Pessôa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL DENISE PESSÔA
(PT/RS)

II – não alcança operações firmadas após a decretação do estado de calamidade pública;

II – implicará o acréscimo das parcelas suspensas ao final do contrato, sem incidência de multa, juros de mora, honorários advocatícios ou qualquer outra cláusula penal, sendo vedado o emprego de procedimentos de cobrança de débitos, inclusive a inscrição em cadastros de inadimplentes enquanto perdurar o prazo previsto de suspensão.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 832, Brasília/DF 70.160-900
Fone (61) 3215.5832 – E-mail: dep.deninepessoa@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL DENISE PESSÔA
(PT/RS)

Apresentação: 13/06/2024 14:11:58.640 - Mesa

PL n.2382/2024

JUSTIFICAÇÃO

Ainda afetados pelos persistentes efeitos sociais e econômicos da recente pandemia de Covid-19, vivenciamos, agora, a avassaladora catástrofe climática que atinge o estado do Rio Grande do Sul.

A par da tragédia humanitária, esses eventos têm impacto devastador nos orçamentos familiares e nos negócios, gerando uma série de efeitos econômicos nefastos. A destruição dos bens materiais e dos meios de produção e as dificuldades de mobilidade inviabilizam por completo a manutenção da normalidade econômica, reduzindo a renda das famílias, interrompendo as operações comerciais e industriais e elevando as despesas de reparo e de reconstrução.

O objetivo desta proposição é o de suspender por 180 dias o curso das operações e prorrogar o vencimento das parcelas devidas durante esse período em razão de operações de crédito consignado, oferecendo maior fôlego financeiro aos tomadores e preservando a subsistência das famílias tão fragilizadas pela redução trágica da atividade econômica gerada pelos cenários de calamidade pública.

Certo da relevância da matéria, conto com o apoio de meus Pares no aprimoramento e aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada DENISE PESSÔA
(PT-RS)



Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab. 832, Brasília/DF 70.160-900
Fone (61) 3215.5832 – E-mail: dep.deninepessoa@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199009-11;8078
--	---

FIM DO DOCUMENTO
